

Prefeito, tire as mãos da nossa aposentadoria!

Paralisação de 24 horas no dia 26 de agosto contra a reforma da previdência

O prefeito do Rio firmou um acordo com o Banco Mundial, que vai emprestar R\$ 1,9 bilhão para a cidade. Em troca do empréstimo, a prefeitura terá que cumprir um caderno de encargos elaborado em conjunto com o banco e que representa uma séria ameaça para o conjunto do funcionalismo municipal: ativos, aposentados e pensionistas. Um dos principais encargos já foi enviado para votação na Câmara de Vereadores: o Projeto de Lei nº 41 do prefeito Eduardo Paes de reforma da previdência municipal, que prevê a quebra da paridade e diminuição dos vencimentos de aposentados e pensionistas.

A reforma da previdência de Eduardo Paes também é um golpe contra a isonomia na carreira, criando uma diferenciação entre os antigos e os novos fun-

cionários. No dia 26 de agosto (quinta-feira), a categoria realiza uma paralisação de 24 horas em protesto contra a reforma, com assembléia do funcionalismo, às 10h, no auditório do Sepe. Às 13h, será nosso ato na Cinelândia e às 15h a assembléia da rede na ABI.

Não vamos aceitar que o prefeito implemente uma política neoliberal, enfraquecendo o serviço público. Diariamente vemos o quão nefasta é esta política: não aplicação dos 25% para educação, desvio de verbas para Ong's, OS's, Institutos e Fundações, péssimas condições de trabalho e remuneração, terceirizações, falta de profissionais e segurança nas escolas.

A participação da categoria na paralisação é fundamental para que possamos lutar contra o des-



monte do ensino público promovido por este prefeito que não tem qualquer compromisso com a educação.

Educação reivindica 22% de reajuste já!

Dinheiro a prefeitura tem para conceder o reajuste. categoria tem que se mobilizar para conquistar reajuste digno

Já divulgamos um estudo do Dieese que comprova que a prefeitura, trabalhando dentro dos limites que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige, pode aumentar os salários de todos os servidores até 20% em 2010. Isso quer dizer que a prefeitura pode gastar quase R\$ 1 bi a mais este ano com um reajuste salarial bem melhor que

o anunciado de 4,21%.

O reajuste salarial de 4,21% que o prefeito concedeu está bem abaixo das recentes perdas salariais dos profissionais de educação, estimadas pelo Sepe em 22% (chegamos a este índice da seguinte forma: IPCA aproximado de 2010, mais o crescimento estimado do orçamento municipal,

em torno de 17%). Ano passado, o reajuste foi abaixo do índice do salário mínimo, o que elevou as perdas salariais dos profissionais da educação. Verbas existem para um reajuste bem melhor do que o anunciado; um reajuste que realmente recomponha nossas perdas - leia na página 3 o quadro com os salários da categoria.

**Veja
calendário
na página 3**

Ideb: governos demonstram que não se importam com a educação

Entenda a opinião do Sepe sobre o Ideb e os provões – sistema não garante uma educação pública de qualidade

Nas últimas semanas, a imprensa destacou os índices negativos do Rio de Janeiro no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Muitas reportagens foram feitas, destacando as escolas mais bem sucedidas, entrevistas com as secretárias de educação e a opinião de especialistas. Com tanta polêmica, é importante fazermos nossa discussão e analisarmos o que é o Ideb.

O Ideb foi criado em 2007, como parte da política educacional do governo federal. O objetivo é “medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino”. O cálculo é feito com base nos resultados da Prova Brasil e com as taxas de aprovação. De acordo com o MEC, para que o Ideb de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno “aprenda”, não repita de ano e frequente aulas.

Somos contra esta política, porque ela não garante nossas reivindicações históricas para uma educação pública de qualidade. Primeiro pelo fato das provas aplicadas não serem elaboradas pelos profissionais que vivenciam o dia a dia dos alunos. São testes com questões objetivas, que ignoram a realidade social, econômica e cultural. Não identificam questões relativas à leitura, escrita ou raciocínio lógico matemático. Quebram a autonomia pedagógica e desconsideram que a avaliação deve ser um processo contínuo.

Por anos discutimos a escola que queremos. Ao ignorar as reivindicações dos trabalhadores da educação e aplicar uma política de provões, os governos demonstram que não se importam de fato com melhorias na educação. Simplesmente defendem a lógica fabril, meritocrática, com disputas inter-

nas e a fabricação de números.

Transformando os problemas da educação numa mera discussão de provões, só precisamos realizar um treinamento com o aluno para que ele possa “tirar boas notas” nestas provas. Trata-se da mesma lógica dos cursinhos que prometem preparar os alunos para concursos públicos, vestibulares, etc. A escola deixa de cumprir o papel da troca na relação do ensino-aprendizagem. Nada de desenvolver o senso crítico e o pleno desenvolvimento do aluno. O que importa são meramente índices.

Para o Sepe, esta política tem um caráter principal: retirar das mãos do governo a responsabilidade com o ensino público. O que querem é mascarar a realidade.

Provar que a educação alcançou estatísticas melhores. Não porque o governo aumentou o número de profissionais concursados nas escolas. Não porque os salários aumentaram e os profissionais podem garantir uma melhor sobrevivência. Não porque o governo investiu mais na educação. Não porque garantem estrutura para bibliotecas, laboratórios, materiais pedagógicos de qualidade, inclusão com responsabilidade, merenda digna. O que querem é induzir os profissionais a esquecerem o que aprenderam, ou seja, o verdadeiro papel da educação. Por isso retiraram toda a autonomia da escola.

A política dos governos hoje é a do “ranking”, que privilegia a

quantidade em detrimento da qualidade. A escola e os profissionais que melhor treinarem os alunos para estas avaliações serão os mais agraciados pelas políticas de produtividade e metas absurdas que querem impor. Sem aumento ou isonomia salarial, a intenção é transformar alunos e trabalhadores em competidores “incansáveis” na disputa alucinada por melhores resultados. Colocam assim uma camisa de força na educação, transformando escolas em fábricas de produção por números.

Uma política educacional séria tem que respeitar e garantir a discussão e participação de todos os trabalhadores e comunidade escolar envolvidos. Deve priorizar o investimento da verba pública para a escola pública (e não para a iniciativa privada), concurso público, plano de carreira unificado, tempo para estudo e planejamento, e, autonomia pedagógica.

**GOVERNANTES
TRANSFORMAM PROBLEMAS
DA EDUCAÇÃO EM MERA
DISCUSSÃO DE PROVÕES**

Plano de metas do prefeito é mais um ataque à educação pública

Em 4 de maio, o prefeito Eduardo Paes sancionou o decreto nº32214, o famoso acordo de resultados. Com base nesta medida, a SME criou a resolução 1081, o Plano de Metas. Segundo tal plano, cada “gestor”, deve indicar um servidor para acompanhar a implementação das metas. Esta avaliação levará em consideração fatores de desempenho como: qualidade, dedicação e compromisso, relacionamento, iniciativa e criatividade.

Uma comissão designada pela titular da SME, será responsável pela apuração e divulgação das notas dos servidores. Cada profissional terá um valor individual da gratificação, com uma

fórmula: $VI = [(VT/SP) \times PI]$. Tentando entender: VI (valor individual); VT (valor do teto a ser distribuído); SP (somatório da pontuação obtida por todos os servidores situados na faixa de 20 a 45 pontos); PI (pontuação individual do servidor situado na faixa de 20 a 45 pontos). Entendeu?

A fórmula parece difícil, mas entender a proposta é bem fácil e tem uma palavra que a define: MERITOCRACIA. Em São Paulo, por conta da mesma lógica meritocrática, os profissionais são divididos em sete categorias, de acordo com as notas das avaliações. Alguns são efetivos, outros efetivos em estágio probatório; existem os ocupantes de função,

os que não podem fazer hora-extra e aqueles que terão seus contratos encerrados em 2011.

Muitas vezes denunciamos que a intenção real do governo é o fim da nossa carreira. São raros os servidores, poucos os agentes educadores. As merendeiras são substituídas por APA's, AAC's por contratados. E os professores? Substituídos por voluntários, e agora trainees. Não podemos aceitar que a educação pública seja desmontada! O Sepe convoca a categoria a paralisar as atividades contra a reforma da previdência (PL 41) e o plano de metas do prefeito, e as terceirizações implementadas pela secretária Costin.

22% de reajuste já!

Faça a comparação nas tabelas abaixo para saber como ficou seu salário com o reajuste de apenas 4,21% do prefeito; e como poderá ficar, se conquistarmos os 22%

Professor I 16h – Licenciatura Plena		
	4,21%	22%
0 a 5 anos	1287,49	1507,28
5 a 8 anos	1338,99	1567,57
8 a 10 anos	1392,56	1630,29
10 a 15 anos	1448,26	1695,50
15 a 20 anos	1506,19	1763,32
20 a 25 anos	1566,43	1833,84
mais de 25 anos	1629,09	1907,20

Professor I 30h – Licenciatura Plena		
	4,21%	22%
0 a 5 anos	2414,06	2826,17
5 a 8 anos	2510,63	2939,23
8 a 10 anos	2611,07	3056,81
10 a 15 anos	2715,50	3179,07
15 a 20 anos	2824,12	3306,23
20 a 25 anos	2937,09	3438,49
mais de 25 anos	3054,58	3576,04

Professor I 40h – Lic. Plena		
	4,21%	22%
0 a 5 anos	3218,75	3768,23
5 a 8 anos	3347,50	3918,96
8 a 10 anos	3481,39	4075,71
10 a 15 anos	3620,65	4238,74
15 a 20 anos	3765,46	4408,27
20 a 25 anos	3916,09	4584,62
mais de 25 anos	4072,73	4768,00

Professor II 22,30h – Ensino Médio		
	4,21%	22%
0 a 5 anos	1026,37	1201,58
5 a 8 anos	1067,43	1249,65
8 a 10 anos	1110,12	1299,63
10 a 15 anos	1154,53	1351,62
15 a 20 anos	1200,72	1405,70
20 a 25 anos	1248,75	1461,93
mais de 25 anos	1298,70	1520,40

Professor II 40h – Ensino Médio		
	4,21%	22%
0 a 5 anos	1927,58	2256,64
5 a 8 anos	2004,69	2346,92
8 a 10 anos	2084,86	2440,77
10 a 15 anos	2168,27	2538,42
15 a 20 anos	2254,98	2639,93
20 a 25 anos	2345,18	2745,53
mais de 25 anos	2439,00	2855,37

Funcionário elementar		
	4,21%	22%
0 a 5 anos	462,07	540,95
5 a 8 anos	473,58	554,43
8 a 10 anos	485,38	568,25
mais de 10 anos	497,48	582,41



Boletim do Sepe - Rede Municipal é uma publicação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro - Sepe/RJ
R. Evaristo da Veiga, 55, 7º/8º andares - Centro Rio de Janeiro/RJ
CEP 20031-040 - Tel.: 2195-0450
www.seperj.org.br
Tiragem desta edição: 25.000

16 de agosto (segunda-feira)
16h - ATO ECUMÊNICO NA CENTRAL DO BRASIL
Para lembrar um mês da morte do aluno Wesley Guilber de Andrade

25 de agosto (quarta-feira), 10h
SEMINÁRIO DA REGIONAL 3 SOBRE VIOLÊNCIA, na UERJ (auditório 13)

26 de agosto (quinta-feira)
PARALISAÇÃO DE 24 HORAS
10h - Assembléia do funcionalismo municipal, no auditório do Sepe;
13h - Ato na Cinelândia; 15h, assembléia da rede municipal na ABI.

Ex-secretária-adjunta de Educação dos EUA condena meritocracia como política educacional

Reproduzimos trechos da entrevista de Diane Ravitch, ex-secretária adjunta de Educação do governo Bill Clinton, ao jornal Estado de São Paulo, na qual ela condena a política de premiação baseada nos resultados (meritocracia) que é tão exaltada pelas autoridades estaduais e municipais, e que vem na aplicação de tal política a "salvação da educação" brasileira.

Por que a senhora mudou de ideia sobre a reforma educacional americana?

Eu apoiei as avaliações, o sistema de accountability (responsabilização de professores e gestores pelo desempenho dos estudantes) e o programa de escolha por muitos anos, mas as evidências acumuladas nesse período sobre os efeitos de todas essas políticas me fizeram repensar. Não podia mais continuar apoiando essas abordagens. O ensino não melhorou e identificamos apenas muitas fraudes no processo.

Qual é o papel das avaliações na educação? Em que elas contribuem? Quais são as limitações?

Avaliações padronizadas dão uma fotografia instantânea do desempenho. Elas são úteis como informação, mas não devem ser usadas para recompensas e punições, porque, quando as metas são altas, educadores vão encontrar um jeito de aumentar artificialmente as pontuações. Muitos vão passar horas preparando seus alunos para responderem a esses testes, e os alunos não vão aprender os conteúdos exigidos nas disciplinas, eles vão apenas aprender a fazer essas avaliações. Testes devem ser usados com sabedoria, apenas para dar um retrato da educação, para dar uma informação. Qualquer medição fica corrompida quando se envolve outras coisas num teste.

Com base nos resultados da política educacional americana, o que realmente ajuda a melhorar a educação?

As melhores escolas têm alunos que nasceram em famílias que apoiam e estimulam a educação. Isso já ajuda muito a escola e o estudante. Toda escola precisa de um currículo muito sólido, bastante definido, em todas as disciplinas ensinadas, leitura, matemática, ci-

ências, história, artes. Sem essa ênfase em um currículo básico e bem estruturado, todo o resto vai se resumir a desenvolver habilidades para realizar testes. Qualquer ênfase exagerada em processos de responsabilização é danosa para a educação. Isso leva apenas a um esforço grande em ensinar a responder testes, a diminuir as exigências e outras maneiras de melhorar a nota dos estudantes sem, necessariamente, melhorar a educação.

Quais são os conceitos que devem ser mantidos e quais devem ser revistos?

A lição mais importante que podemos tirar do que foi feito nos Estados Unidos é que o foco deve ser sempre em melhorar a educação e não simplesmente aumentar as pontuações nas provas de avaliação. Ficou claro para nós que elas não são necessariamente a mesma coisa. Precisamos de jovens que estudaram história, ciência, geografia, matemática, leitura, mas o que estamos formando é uma geração que aprendeu a responder testes de múltipla escolha.

WESLEY: PRESENTE!

No dia 16 de agosto, o Sepe e diversas entidades vão lembrar, com um ato ecumênico na Central do Brasil, o primeiro mês da morte do aluno Wesley Guilber de Andrade, de 11 anos, atingido por uma bala perdida dentro de sala de aula no Ciep municipal Rubens Gomes (Costa Barros). Há alguns anos, o sindicato tem denunciado nos mais variados fóruns (Ministério Público, Conselho Tutelar, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretarias estadual e municipal de Educação, Câmara de Vereadores e OAB/RJ) o perigo que ronda o ambiente escolar, não só na área interna das unidades municipais e estaduais mas, também, o entorno das escolas – muitas delas localizadas dentro ou próximas de áreas consideradas de risco.

O sindicato também reivindicou das secretarias de Educação normas claras para o funcionamento das unidades no caso de ocorrência de conflitos, já que, muitas vezes, as direções de escolas não têm autorização para fechar as portas ao primeiro sinal de confrontos. Um dos problemas mais visíveis nas escolas públicas é a falta de porteiros e inspetores de alunos. A carência desses profissionais piora a violência nas unidades, já que é impossível para um corpo pequeno de profissionais zelar pela segurança, em muitos casos, de centenas de alunos. O sindicato e as entidades também protestam contra a política de segurança do estado, que criminaliza as comunidades carentes e os movimentos sociais.

Com isso, exigimos emergencialmente: o fim da atual política de segurança do governo do estado, que criminaliza as populações pobres e os movimentos sociais; a redução do quantitativo de alunos por turma; a construção de novas unidades; em casos graves, como aqueles com confrontos armados nas comunidades, as direções de escolas têm que ter autonomia para determinar se as unidades devem permanecer abertas.

Ciep sofreu oito assaltos nos últimos três meses

O Ciep Municipal Antonio Candéia Filho (Acari) sofreu oito assaltos nos últimos três meses. A falta de segurança na unidade revoltou toda a comunidade escolar, que se mobilizou e realizou atos na CRE e na SME para protestar contra o descaso das autoridades de segurança e da prefeitura, que não conseguem garantir condições mínimas para o funcionamento da unidade. Depois das denúncias do Sepe e dos profissionais da escola, a SME anunciou o fechamento da unidade para a realização de obras de reforma, mas a comunidade escolar se mobilizou e garantiu a manutenção de seu funcionamento, mesmo com a realização de obras de reforma. Na foto, o aluno Rayan, da turma 1302, lê o cartaz que informa a decisão da SME.

